



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº 10380.727733/2011-82
Recurso nº Voluntário
Resolução nº 2302-000.281 – 3^a Câmara / 2^a Turma Ordinária
Data 20 de março de 2014
Assunto Conversão em diligência
Recorrente MUNICIPIO DE ARATUBA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Período de Apuração: 01/01/2007 a 30/12/2008

CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA.

O conhecimento do presente Recurso Voluntário depende da análise das guias de pagamento apontadas pelo Recorrente nos autos do processo. A constatação da regularidade dos pagamentos efetuados corroboraria a perda de objeto processual e a consequente resolução da presente lide, não existindo, portanto, razões para se conhecer do Recurso Interposto.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em converter o julgamento em diligência.

Liege Lacroix Thomasi - Presidente.

Leonardo Henrique Pires Lopes - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: LIEGE LACROIX THOMASI (Presidente), ANDRE LUIS MARSICO LOMBARDI, ARLINDO DA COSTA E SILVA, BIANCA DELGADO PINHEIRO, JULIANA CAMPOS DE CARVALHO CRUZ, LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 05/05/2014 por LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES, Assinado digitalmente em 0

5/05/2014 por LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES, Assinado digitalmente em 15/05/2014 por LIEGE LACROIX T

HOMASI

Impresso em 16/05/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Relatório:

Trata-se de Auto de Infração por descumprimento de obrigação Principal – AIOP com DEBCAD nº 37.326.658-8, consolidado em 22/08/2011, lavrado em face do MUNICÍPIO DE ARATUBA – PREFEITURA MUNICIPAL, referentes às contribuições sociais previdenciárias (cota patronal) e à contribuição para financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes do riscos ambientais do trabalho - GILRAT incidentes sobre a remuneração paga ou creditada em favor dos empregados, segurados contribuintes individuais, e sobre o valor do frete pago a transportadores autônomos, no valor de R\$ 696.920,09 (seiscentos e noventa e seis mil, novecentos e vinte reais e nove centavos), relativo ao período de 01/07/2007 a 30/12/2008.

Trata-se de também de Auto de Infração por descumprimento de obrigação Principal – AIOP com DEBCAD nº 37.326.659-6, consolidado em 22/08/2011, lavrado em face do MUNICÍPIO DE ARATUBA – PREFEITURA MUNICIPAL, referentes às contribuições sociais previdenciárias e à contribuição para financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes do riscos ambientais do trabalho - GILRAT descontadas das remunerações pagas ou creditadas em favor dos empregados, segurados contribuintes individuais, e sobre o valor do frete pago a transportadores autônomos, no valor de R\$ 188.068,18 (cento e oitenta e oito mil e sessenta e oito reais e dezoito centavos), relativo ao período de 01/07/2007 a 30/12/2008.

Trata-se ainda de Auto de Infração por descumprimento de obrigação Principal – AIOP com DEBCAD nº 37.326.660-0, consolidado em 22/08/2011, lavrado em face do MUNICÍPIO DE ARATUBA – PREFEITURA MUNICIPAL, referentes às contribuições sociais previdenciárias não descontadas das remunerações pagas ou creditadas em favor dos empregados, segurados contribuintes individuais (autônomos), e sobre o valor do frete pago a transportadores autônomos, no valor de R\$ 15.234,21 (quinze mil, duzentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos), relativo ao período de 01/07/2007 a 30/12/2008.

Trata-se de auto de infração por descumprimento de obrigação principal – AIOP com DEBCAD nº 37.326.661-8, consolidado em 22/08/2011, lavrado em face do MUNICÍPIO DE ARATUBA – PREFEITURA MUNICIPAL, referentes às contribuições sociais previdenciárias para custeio de outras entidades e fundos (terceiros) não descontadas d o valor do frete pago a transportadores autônomos, no valor de R\$ 8.731,35 (oito mil, setecentos e trinta e um reais e trinta e cinco centavos), relativo ao período de 01/07/2007 a 30/12/2008.

Trata-se de auto de infração por descumprimento de obrigação principal – AIOP com DEBCAD nº 37.326.662-6, consolidado em 22/08/2011, lavrado em face do MUNICÍPIO DE ARATUBA – PREFEITURA MUNICIPAL, referentes às contribuições sociais previdenciárias de 11% (onze por cento) decorrentes da sub-rogação legal na contratação de empresas prestadoras de serviços com cessão de mão de obra, no valor de R\$ 185.024,53 (cento e oitenta e cinco mil e vinte e quatro reais e cinquenta e três centavos), relativo ao período de 01/07/2007 a 30/12/2008.

Consoante o Relatório Fiscal a empresa ora Recorrente não possui regime próprio de previdência. Neste mesmo documento há registro de que as diferenças apuradas nas bases de cálculos foram verificadas com a comparação das folhas de pagamento com as informações constantes em GFIPs, bem como, que a apuração das informações relativas aos autônomos em geral e aos transportadores autônomos foi realizada através da análise da contabilidade do Município, haja vista que não existia informações destes segurados em folhas de pagamento e em GFIPs. Por fim, destacou o fisco que todos os recolhimentos realizados pelo Município foram aproveitados e que foi formalizada a representação fiscal para fins penais em face da falta de informação em GFIP de todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias.

Cientificado da autuação, o contribuinte apresentou impugnação e esta foi julgada improcedente, nos seguintes termos:

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias Período de apuração: 01/12/2003 a 31/05/2009 DEBCAD: 37.326.6588; 37.326.6596; 37.326.6600; 37.326.6618; 37.326.6626.

PEDIDO DE NULIDADE. INDEFERIMENTO.

Ausente a demonstração de omissão de elemento ou requisito essencial à formação jurídica do ato, seja referente à sua forma ou a sua substância, não há que se proclamar a nulidade do Auto de Infração.

AUTO DE INFRAÇÃO. LAVRATURA. LOCAL.

Válido o auto de infração lavrado na repartição, se o autuante dispunha dos elementos necessários ao lançamento.

CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA Não se configura cerceamento do direito de defesa se o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação se encontraram plenamente assegurados.

PEDIDO DE PRODUÇÃO POSTERIOR DE PROVAS Indefere-se o pedido de produção extemporânea de provas, quando não são atendidas as exigências contidas na norma de regência do contencioso administrativo fiscal vigente à época da Impugnação.

PEDIDO DE PERÍCIA. PRESCINDIBILIDADE. INDEFERIMENTO.

Estando presentes nos autos todos os elementos de convicção necessários à adequada solução da lide, indefere-se, por prescindível, o pedido de diligência ou perícia.

Impugnação Improcedente Crédito Tributário Mantido Irresignado, o Município Recorrente apresentou Recurso Voluntário alegando, em suma:

O lançamento é nulo em virtude: (i) da não lavratura do auto de infração na Prefeitura, o que cerceou o direito de defesa do Recorrente; (ii) por não ser a Receita Federal competente para fiscalizar o município no período de 2006 a 2009, posto que a fiscalização caberia ao INSS; e (iii) Da ausência de intimação do Município para prestar esclarecimentos;

Parte do crédito previdenciário objeto do Auto de Infração está incluído em pedido de parcelamento especial, efetivado com base da Lei 11.960/2009;

O fisco informa que os valores dos débitos serão consolidados pela Secretaria da Receita Previdenciária – SRP, mas não indica qual será o momento da consolidação.

A cobrança de 1/3 (um terço) de férias é ilegal, posto que esta verba tem caráter indenizatório;

Quanto à contribuição previdenciária (parte patronal) incidente sobre a remuneração dos contribuintes individuais, alega que somente se mostra cabível o desconto de 20% (vinte por cento) da remuneração paga ao contribuinte individual – limite máximo da contribuição -, não sendo possível, pois, a retenção de 11% (onze por cento) mais o desconto de 22% (vinte e dois por cento) da parte patronal da contribuição previdenciária cumulada com o SAT/RAT.

Por fim , alega ainda que houve cerceamento do direito de defesa do Município em face da ausência de identificação nominal dos contribuintes individuais que não foram incluídos em GFIP, como também, qual a alíquota utilizada para o empregador e o empregado.

Sem contrarrazões.

Assim, vieram os autos a este Conselho de Contribuintes por meio de Recurso Voluntário.

É o relatório.

Voto:

Conversão em diligência

Da análise dos autos, verifica-se que não haverá razões para ser conhecido o presente recurso caso seja constatado que o Município Recorrente, de fato, incluiu em parcelamento especial, com base na Lei 11.960/2009, parte do débito objeto do Auto de Infração em comento, como alegou em sua Impugnação e reiterou em sede de recurso.

Destarte, se comprovado a inclusão em parcelamento especial de parte do débito gerado em face das obrigações tributárias referentes às competências autuadas, desnecessário seria o conhecimento do presente Recurso por este Conselho de Contribuintes, dado o efetivo cumprimento da obrigação pelo sujeito passivo e a consequente satisfação do interesse Fiscal.

Assim, entendo ser necessária a conversão em diligência do presente feito para que a Fiscalização esclareça se o Município, como alegado, efetivamente incluiu parte do débito objeto do Auto de Infração sob análise em parcelamento especial, o que, na eventualidade de ser comprovado, extinguirá parte do crédito tributário objeto do presente processo administrativo.

Ante o exposto, converto o presente recurso em diligência, para que a Fiscalização esclareça se o Recorrente, como alegado, efetivamente incluiu parte do débito objeto do presente lançamento em parcelamento especial com base na Lei 11.960/2009.

Após o cumprimento do acima narrado, intime-se a Recorrente para que se manifeste acerca do resultado das diligências realizadas.

É como voto.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2014